

OS PROFESSORES E O NOVO GOVERNO DA AD – QUO VADIS?

«A política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha». (Francisco Sá Carneiro, político)

«A pessoa é a medida e o fim de toda a actividade humana. E a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização. Essa é a nova regra, o novo início, a nova meta». (Francisco Sá Carneiro, primeiro-ministro, tomada de posse, 1980)

O texto que se segue é um artigo de opinião que vincula o nosso (singular plural majestático) meu pensamento, ideias, cidadania e intervenção, contraditório e liberdade de expressão. A crítica elucido-construtiva da experiência vincada enquanto professor e vivência sindical de longa data. É um contributo para aclarar e antelizar das prioridades de reivindicação, da negociação, da concertação e da tomada de decisão política no que à educação e escola pública concerne e aos professores e educadores portugueses respeita; facto político por realizar e vergonha de Estado por honrar. Juntos pela educação como prioridade e emergência nacional. «*Quo vadis*»!

As propostas do PPD/PSD/AD coligação, e dos partidos de direita e centro direita, em matéria de educação, ao quebrarem com o jugo esquerdopata extremista, geringonço e socialista de José Sócrates a António Costa, de Maria de Lurdes Rodrigues e Valter Lemos a Tiago Brandão Rodrigues e João Costa, só por si são um facto positivo, um avanço, com propostas políticas de convergência com as reivindicações dos docentes lusos e sindicatos. Relembramos que o PS, nos últimos 28 anos governou Portugal 21 e tem infernizado a vida dos educo-didactas portugueses; caminho de mais de duas décadas. Ódio de estimação da tutela contra os professores, já com bolas de naftalina. É preciso lembrar a memória para não esquecer a infame recordação que a História julgará no tempo determinado.

É de saudar a intenção e intencionalidade da social democracia, do centro democrático, da direita e das direitas, do *terminus* do fundamentalismo ideológico e ultra-radical do «establishment» socialista que levou ao falhanço da escola pública moribunda, de cariz digital-IA, e o professorado ao estado actual de colapso eminente, ao esfrangalhar docente em burnout e sisifemia, ao empobrecimento professoral e à desautorização da autoridade do *magister dixit*.

Mais do mesmo não, com reuniões intermináveis que se esgotam em mais reuniões inconclusivas, e do miserável «é que não é não» da não negociação e da não proposição «do punho fechado e da rosa espinhosa». É preciso haver bom senso, sensibilidade e vontade política (que tarda), dialogar, negociar, ouvir a voz da razão, concertar posições, arbítrios, justiça, ética política e sentido de Estado, arrepiar caminho rapidamente e em força.

Na ampulheta do tempo, o tempo esgota-se para os professores e educadores «da ocidental praia lusitana» (sinédoque camoniana); acontecendo que muitos colegas, a maioria, por roubo anético de Estado até à data, não atingem o topo

da carreira docente, estando vaticinados a ter uma reforma de pobreza imposta, desvalorização humilhante e dignidade pessoal roubada, em agressão directa e discriminatória muito perigosa ao Estado de direito democrático, à Constituição e às leis da República. Este é um novo tempo, uma nova conjuntura política com governantes, esperamos, com sentido de Estado; estadistas para honrar os compromissos e respeitar a lei, no espaço-tempo humanamente concretizável.

Há uma dívida e ode (tributo) do Estado português para com a classe docente, por todo e tanto sofrimento e dor, para homenagear, honrar e pacificar, em forma de hino de reconciliação, emendando a mão, reconhecendo os erros, fazer *mea-culpa*, justiça e mostrar nobreza de carácter. Já é tempo de ser tempo e acabar com o negacionismo de Estado e políticas negatórias da razão legal-ética que assiste aos professores. *Errare humanum est*. Estamos aqui.

O Partido Social Democrata (PPD/PSD), pela voz do seu líder Luís Montenegro, cabeça da coligação AD vencedora das eleições legislativas de 10 de março de 2024 e actual primeiro-ministro, propõe a recuperação do tempo de serviço dos professores num período temporal faseado de 5 anos (20% ao ano). Apenas entendível como ponto de partida negocial. A comparação com as regiões autónomas dos Açores e da Madeira colhe porque levam grande avanço e adensa-se o atraso no Portugal continente. Um país, o mesmo Estado, igual função, o mesmo critério, igual justiça, os mesmos direitos. Ponto final.

Mais, é tempo e temporalidade-prazo a mais de reposição por parte do governo e Ministério da Educação (ME) para tempo a menos por parte dos professores. Não chegará a tempo e horas para muitos colegas que se vão aposentar, e de nada servirá; verdade-consequência do vil e abjecto politiquês esquerdo-frénico *sectarius*, de revolta discriminatória, afronta e ilegalidade, com perdas irreparáveis e irrecuperáveis, desilusão profissional e mal-estar docente resultante do consulado político-educativo Costa & Costa.

Donde, chega, basta, tem avondo de máscara política, de tanta e tamanha hipocrisia, cinismo e embuste de «empurrar com a barriga pra frente»; haja vergonha, decoro, sentido de Estado e salubridade mental higienizada. Acendeu-se a chama da verdade política, esperança e justiça para a crise da educação, escola pública e professores. Procura-se seriedade. O professorado agradece. Pela validação do futuro de Portugal.

Mais ainda, é preciso algum tempo de permanência «escalonado» para validar, exponenciar rendimentos, de há muito perdidos e jamais recuperados. Perda de poder de compra do professorado de 30%, desde 2010, apenas nos últimos 14 anos.

E ainda mais, a governança do PPD/PSD/AD coligação, em matéria de educação, está politicamente obrigada a realizar o feito da concretização da expectativa tornada realidade. Não pode pecar por inacção, tibieza e timidez. Os professores exigem proposição, negociação, concertação, determinação, acção, direitos, Direito e *iustitia* que tarda e leva os docentes a ensandecer.

E não, o horizonte temporal de 5 anos vai para lá de uma legislatura, o que não é de todo aceitável. *Dum exspecto portuguese doctores mori*. A «coisa» tem de começar e acabar com o mesmo executivo. Início e fim com o mesmo governo.

Mais, 6 anos, 6 meses e 23 dias são 78 meses e 23 dias. 78 meses a dividir por 5 anos dá uma média de 15,6 meses por ano. Pouco, muito pouco, «poucoquinho» (JDS), para quem há tanto tempo espera e desespera – intolerável. O professorado esgotou o tempo de espera. «Tempo é coisa que não temos» - Pedro Barreiros, FNE.

A fórmula a aplicar tem obrigatoriamente de ser a reposição-devolução maximizada e maximizante do tempo de serviço, no menor espaço-temporal diminuto. Relembramos, *ad nauseum*, que falamos de tempo de serviço docente efectivamente trabalhado, descontado, congelado e até à presente data sonogado pela tutela. Está em causa a cré-credibilidade do governo da república.

E ainda mais, ficam por contabilizar aproximadamente 4 anos de serviço suprimidos na transição entre carreiras. Donde, todos os docentes em números reais estarem a perder mais de 10 anos de tempo de serviço não contabilizado para a progressão na carreira; o que dá uma perda de dois escalões e meio, fazendo toda a diferença e impedindo uma grande parte do professorado de atingir o topo da carreira, com exploração desumanizante grave do Estado e prejuízo docente. Haja medidas compensatórias. É tempo de edu-comunicação.

E sim, a despesa é sustentável. E sim, ainda vai a tempo de alguns professores usufruírem de alguma coisa remuneratória do seu trabalho. E sim, é tempo de acabar com tamanho «pulhismo» e «espoliamento», com a privação ilegal da mais valia do trabalho e do tempo não devoluto, numa indignidade do Estado.

A «*res publica*» sendo «a coisa publica», é para «gente honrada», com estaleca de mulheres e homens de Estado. Cumpridores *stricto sensu* da legalidade e normalidade democrática, consubstanciado num Estado de direito democrático.

E sempre mais, se até dá para brincar às reversões e privatizações com prejuízos de milhares de milhões do socicostismo, com certeza não hão-de faltar parques milhões para pagar aos professores e educadores portugueses. E até há almofada financeira, confirmada a miserável mente-verdade de haver um excedente orçamental de mais de 3000 milhões de Euros. Vamos lá a acabar com a embirração caturra e o ostracismo sem perdão.

Mais e mais ainda, a acção governativa do PPD/PSD/AD coligação, tem de ser um «mix» de respostas aos vários campos enfermos da educação e ensino. Falamos, não apenas e só do tempo de serviço, mas também do todo que precisa e urge de respostas como: o desmedido e imposto digital tóxico de pensamento único, massacrante da salus *sanitas* em geral, e sobretudo da visão; a regressão digital, a começar no exemplo dos exames e provas nacionais deixarem de ser digitais e voltarem a ser realizados em suporte de papel; da verborreia e logorreia burocrática; da descomunal e incomensurável «bandalheira» do número de faltas «injustificadas» dos alunos, mas prontamente, insanamente e legalmente justificadas; da reversão do artigo 79º

do Estatuto da Carreira Docente (ECD) que tem, e tarda, em passar para a componente individual de trabalho do professor, por força da idade e do desgaste profissional.

Mais, o PPD/PSD/AD coligação, têm de vir a jogo e pôr um travão na municipalização, na partidarite e na deriva clientelar. Têm de devolver o poder às escolas e aos professores e rever o actual modelo de gestão escolar, mais parecido a uma salganhada. De democrático tem a formalidade figurativa da representatividade. De gestão e administração escolar pura e dura, efectiva, assertiva e com autoridade, pouco ou nada tem; até porque há uma coisa que se chama bastidores, influências, manipulação, partidarismo, caciquismo e caudilhismo.

E mais, mais, mais, de preocupação a precisar de resposta, da necessidade de um novo constructo que sirva de referencial para a avaliação de desempenho docente (ADD) sem constrangimentos e opacidade; da importância da sólida e exigente formação inicial, formação contínua adequada dos professores, valorização cienti-funcional, contextualizada ao método, competências, saber e conhecimento, incluso século XXI; tendo sempre presente a liberdade intelectual docente, a trabalhar sem medos e fobias, com as ferramentas pedagógico-didácticas mais adequadas caso a caso. E não, o modelo do professor emissor e do aluno receptor, do manual escolar e do papel, não está esgotado, é intemporal. O ME «controller» tem de acabar e confiar nos professores. Equipa!

O PPD/PSD/AD coligação, têm de se afastar inequivocamente do passado traumatizante para os professores, das calendas gregas e idos do (des)governo socialista. Da velhinha e estafada «coisada» dos projectos e do sucesso educativo «ficcionalizado», made in Socratismo & Costismo, vulgo SocraCostismo. Onde, o PPD/PSD/AD coligação, imperativamente terem de «fugir em fuga» destas políticas de desastre e vacuidade educativa *lurdina*, catecismo de afundação da escola pública agonizante. Falamos do roteiro da poli-negociação.

Não pode haver margem de erro para a mais ínfima suspeição e conspiração da lisura, transparência, decência e translucidez no respeito «sacrossanto» pela lista graduada nacional, no que à contratação e recrutamento, concursos e ressignificação do perfil docente, é historicamente considerado.

Concluimos, com a síntese sublinhada do conjunto de princípios e caderno de encargos a elencar e discutir-informar o novo executivo acerca do sistema educativo, em profundidade e na prioridade; sensibilizar, elucidar, dialogar, confiar, discutir, propôr e negociar nos primeiros «60/100» dias de governo. Não fazendo tudo, priorizar e falar tudo olhos nos olhos com a tutela. Abertura política, possibilidades e enquadramento no imediato e além. Fazer a diferença e irradiar a antecedente cartilha de negacionismo político-educativo do vazio socialista.

Vamos falar concisa e seriamente, fazer a catarse familiar da educação e plasmar problemas e soluções: sobre a falta gritante de professores e precariedade docente, disrupção e distopia, indisciplina e violência, burocracia e sobrecarga de trabalho-horário com prejuízo de (im)preparação de aulas e

tempo intelectual do professor *liber*, desgaste profissional, burnout e sisifemia, mobilidade por doença, avaliação de desempenho docente formativa/mérito, não punitiva e não obstaculizante à progressão na carreira, acabar com o plafonamento de vagas e quotas de acesso aos 5º e 7º escalões, monodocência, artigo 79º do Estatuto da Carreira Docente – ECD (lembrando que a docência é uma carreira especial dentro da administração pública), formação contínua, incentivos e apoios fiscais, índices salariais, remuneração e vencimentos, equiparação da carreira docente com a carreira técnica superior do Estado, discussão e (re)negociação das condições especiais de aposentação docente (sem penalização, numa carreira que já foi de 36 anos de serviço e a re-equacionar), o meio horário ou percentagem-tempo *versus* a dispensa opcional da componente lectiva a partir dos 60 anos de idade (cumulativo com o 79º e reversão para a componente individual de trabalho), a urgência crucial da mais valia e retorno das ciências sociais e humanas e da vital importância das humanidades com reforço do crédito-carga horária semanal, menos disciplinas/fusão, um *curriculum* com tronco comum-único nacional com disciplinas basilares e escolhas optativas das comunidades educativas escolares regionais e locais, fim do desvario da escola a tempo inteiro (com alunos e professores em neuropatia de prisão sala-escola), turmas mais pequenas, menos turmas e menos alunos por professor, educação inclusiva a sério e à séria, caixote do lixo com o desvario do wokismo e da ideologia de identidade de género, respeitar os professores e a autonomia de uma avaliação sumativa natural, sem vigilância e «(des)grelhada», ou ter a coragem política-erro de haver apenas avaliação formativa no ensino básico ou em toda a escolaridade obrigatória (secundário também e que não concordamos, mas que haja coerência política e se acabe com a maldita burocracia desnecessária e ultrajante insanidade ético-deontológica da ultra-justificação); reforço significativo do investimento estatal público na educação em percentagem do produto interno bruto – PIB (não descurando a oferta do ensino privado, cooperativo, profissional e das comunidades lusíadas – ensino de português no estrangeiro); vamos inovar no discurso, versar a acutilância estratégica da valorização pessoal e da carreira docente, atractividade profissional e rejuvenescimento instrutor da classe, com vista à felicidade professoral e comunidade escolar maximizada, em abraço e sintonia de realização humana na organização escola. Passando pelo pessoal de apoio educativo e pelo ensino superior, investigação e ciência. Visão macro, englo-integradora, sistémica.

Lamentável Costa(s) e o octo tempo educativo perdido. É tempo de acontecer abril e a abrilada da esco-educação nos 50 anos do dia 25 dos cravos. Obrigado.

«A pessoa humana define-se pela liberdade. Ser homem é ser livre. Coartar a liberdade é despersonalizar; suprimi-la desumaniza. A liberdade de pensar é a liberdade de ser, pois implica a liberdade de exprimir o pensamento e a de realizar na acção». (Francisco Sá Carneiro, estadista, 1934-1980).

Disse.

Carlos Almeida